

O ambiente empreendedor como catalisador da inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência: um estudo na região do corede Alto Jacuí/RS

The entrepreneurial environment as a catalyst for the socio-professional inclusion of people with disabilities: a study in the Alto Jacuí/RS corede region

El entorno emprendedor como catalizador de la inclusión socioprofesional de personas con discapacidad: un estudio en la región corede de Alto Jacuí/RS

DOI: 10.54901/educa.v9-390

Dr. Rodrigo Antonio Rodrigues Alves¹
Prof. Dra. Claudia Maria Prudêncio de Mera²

RESUMO: O estudo investiga o ambiente empreendedor na inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência (PcDs) na região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul. Parte-se do pressuposto de que o empreendedorismo, para além de uma estratégia de geração de renda, constitui uma via potente para autonomia, equidade e desenvolvimento social, mas que sua efetividade é mediada pela qualidade do ecossistema empreendedor local. O objetivo principal da pesquisa é desenvolver um modelo de intervenção contextualizado e replicável. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, configura-se como um estudo de caso único na região do Corede Alto Jacuí/RS, abrangendo os 14 municípios da região. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes públicos responsáveis pelas Salas do Empreendedor e com PcDs empreendedoras, e analisados mediante a técnica de análise de conteúdo temática. Os resultados revelam um ambiente empreendedor incipiente, marcado por significativas lacunas: acessibilidade física precária nas estruturas de apoio, carência de políticas públicas específicas, despreparo dos agentes para atender às singularidades das PcDs, e a persistência de barreiras atitudinais e burocráticas. A pesquisa identificou, contudo, um forte potencial de resiliência e inovação entre os empreendedores PcDs. Como principal contribuição prática, o estudo propõe e submete à validação um Instrumento de Avaliação de Acessibilidade e Conforto para ambientes físicos de atendimento ao empreendedor. Conclui-se que a potencialização do ambiente empreendedor regional, através de ações estruturantes e da adoção de ferramentas avaliativas, é fundamental para transformar o empreendedorismo numa efetiva ferramenta de inserção socioprofissional e de promoção da cidadania para PcDs.

Palavras-chave: ambiente empreendedor; desenvolvimento regional; empreendedorismo inclusivo; inclusão socioprofissional; pessoas com deficiência (PcD).

¹ Pós-Doutorando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: rodrigo.alves@iffarroupilha.edu.br

² Doutora em Desenvolvimento Rural, Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cmera@unicruz.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A inserção de Pessoas com Deficiência (PcDs) no mercado de trabalho constitui um tema de relevância social, econômica e acadêmica, refletindo a evolução das mentalidades e das políticas de inclusão. Nas últimas décadas, observa-se uma presença mais significativa de trabalhadores com deficiência no setor empresarial, desempenhando funções diversas. Contudo, persiste um debate crucial sobre a distinção entre uma mera integração, frequentemente motivada pelo cumprimento de quota legais, e uma inclusão efetiva, que garanta participação plena e equitativa (Carvalho-Freitas, 2007; Goulart; Coimbra, 2008).

No Brasil, os estudos sobre a temática têm-se concentrado na análise das barreiras e facilitadores enfrentados pelas PcDs para aceder e permanecer no emprego, bem como na avaliação das práticas de gestão organizacional direcionadas a esta dimensão da diversidade (Carvalho-Freitas; Marques, 2007). Apesar dos avanços legislativos, como a Lei nº 8.213/91 (Lei de Cotas), que estabelece a contratação de 2% a 5% de PcDs em empresas com mais de 100 funcionários, a efetiva inclusão socioprofissional esbarra em obstáculos que transcendem a esfera legal. Questões como acessibilidade arquitetônica, preconceito, falta de qualificação profissional e barreiras atitudinais limitam as oportunidades de uma participação plena (Durval, 2006; Ribas, 1997).

Estima-se que 16% da população global (1,3 bilhão de pessoas) vive com algum tipo de deficiência (WHO, 2023). No contexto nacional, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022 apontam que aproximadamente 18,6 milhões de pessoas, o que corresponde a 8,9% da população brasileira, possuem pelo menos uma deficiência. A distribuição desse contingente não é homogênea entre as regiões, cabendo à Região Nordeste a maior prevalência (10,3%) dado que corrobora a forte correlação entre deficiência e condições socioeconômicas desfavoráveis (IBGE, 2023). Em escala subnacional, o estado do Rio Grande do Sul apresentava, em 2022, uma população com deficiência estimada em 768.265 pessoas, representando 8,8% do total estadual, valor alinhado à média nacional (IBGE, 2023).

A taxa de participação desta população no mercado de trabalho formal revela uma disparidade significativa. Enquanto 66,4% das pessoas sem deficiência em idade ativa estavam empregadas em 2022, apenas 29,2% das PcDs encontravam-se na mesma situação. Adicionalmente, mais de metade (55%) das PcDs ocupadas atuavam na informalidade, carecendo de proteção social e direitos laborais básicos (IBGE, 2022). Este cenário evidencia

que a mera existência de legislação não é suficiente para garantir inclusão, sendo imperativo abordar as barreiras estruturais e culturais que perpetuam a exclusão.

Neste contexto, o empreendedorismo emerge como uma via estratégica e promissora para a inclusão socioprofissional de PcDs. Mais do que uma alternativa de geração de rendimento, o empreendedorismo pode conferir autonomia, emancipação e um sentido de realização pessoal (Ashley; Graf, 2018; Ostrow; Nemec; Smith, 2018). Ao criar o seu próprio negócio, o indivíduo com deficiência pode contornar muitas das barreiras encontradas no mercado de trabalho tradicional, adaptando o ambiente, os processos e a jornada de trabalho às suas necessidades específicas. No entanto, para que este potencial se concretize, é fundamental que o ecossistema empreendedor seja ele próprio inclusivo e acessível.

O conceito de ambiente empreendedor inclusivo abrange não apenas a eliminação de barreiras físicas através de espaços, mobiliário e equipamentos acessíveis, mas também a dimensão atitudinal e sistêmica. Envolve a existência de políticas públicas de fomento, acesso a financiamento adaptado, programas de capacitação específicos e uma cultura que valorize a diversidade como um ativo (Renko; Harris; Caldwell, 2016). A avaliação deste ambiente torna-se, portanto, uma ferramenta crucial para diagnosticar lacunas e orientar intervenções. Miranda (2011, p. 130) reforça que a "inclusão das pessoas com deficiência constitui-se em um grande desafio [...] devido aos diferentes tipos de barreiras existentes, tanto no espaço físico quanto no pedagógico e nas interações sociais".

É com base neste enquadramento que a presente investigação se desenvolve, focando especificamente na região do COREDE Alto Jacuí/RS. A escolha deste recorte regional justifica-se pela escassez de estudos sobre a temática nesta localidade, bem como pela potencialidade de se desenvolver um modelo de intervenção contextualizado e replicável. Os COREDEs, enquanto instrumentos de descentralização e planejamento regional no Rio Grande do Sul, representam um espaço privilegiado para articular políticas de desenvolvimento local com ações concretas de inclusão.

A problemática central que orienta este estudo é: Analisar o ambiente empreendedor da região do COREDE Alto Jacuí/RS e sua influência na inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência (PcDs), desenvolvendo e validando um instrumento de avaliação da acessibilidade das Salas do Empreendedor. Parte-se da hipótese de que um ambiente empreendedor dinâmico e adaptado proporciona uma oportunidade relevante para a inclusão socioprofissional de PcDs, desde que sejam implementadas adaptações estruturais, culturais e legais que viabilizem a sua participação efetiva.

Para responder a esta questão, o estudo define os seguintes objetivos: (1) caracterizar o ambiente empreendedor na região do COREDE Alto Jacuí/RS; (2) identificar as vantagens e barreiras enfrentadas por PcDs no percurso empreendedor; (3) analisar o ambiente físico e do layout na atividade empreendedora de PcDs; e (4) desenvolver e validar um instrumento de avaliação da acessibilidade para ambientes empreendedores, designadamente nas Salas do Empreendedor.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e participativa, alinhada com os princípios da ecologia dos saberes e da interdisciplinaridade. O percurso metodológico inclui análise documental, entrevistas semiestruturadas com stakeholders chave (empreendedores com deficiência, gestores públicos, representantes de entidades de apoio) e a observação direta de ambientes empreendedores. A criação e validação do instrumento de avaliação seguirá uma metodologia de design participativo, envolvendo ativamente as PcDs no processo.

A relevância desta investigação é multifacetada. Academicamente, contribui para preencher uma lacuna na literatura, particularmente no que diz respeito aos estudos regionais sobre empreendedorismo e deficiência. Socialmente, oferece à comunidade elementos para reflexão e ação, afastando o paradigma do vitimismo e promovendo a agência das PcDs. Profissionalmente, os resultados poderão orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes e práticas organizacionais mais inclusivas, fomentando um desenvolvimento regional verdadeiramente sustentável e equitativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Empreendedorismo, Pessoas com Deficiência e o Empreendedorismo Inclusivo

O empreendedorismo é compreendido como a arte de realizar projetos com criatividade e motivação, envolvendo sinergia e inovação em iniciativas pessoais ou organizacionais. Trata-se de um processo que transforma ideias em oportunidades, resultando na criação de negócios bem-sucedidos (Schumpeter, 1988; Dolabela, 2010). No Brasil, o conceito ganhou destaque a partir do final da década de 1990, impulsionado pela necessidade de reduzir a mortalidade de pequenos negócios e fomentar o desenvolvimento econômico.

O empreendedorismo é compreendido como um processo que envolve a transformação de ideias em oportunidades, por meio da criatividade, motivação e capacidade de assumir riscos, resultando na criação de negócios sustentáveis (Schumpeter, 1988; Dolabela, 2010). No Brasil,

esse conceito ganhou relevância a partir do final da década de 1990, impulsionado pela necessidade de reduzir a mortalidade de pequenas empresas e fomentar o desenvolvimento econômico e social (Dornelas, 2008).

Segundo Barreto (1998, p. 190) define empreendedorismo como “a habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada”. Já Dornelas (2008) caracteriza o empreendedor como aquele que identifica uma oportunidade e cria um negócio para aproveitá-la, assumindo riscos calculados. Elementos como iniciativa, uso criativo de recursos e resiliência perante o fracasso são centrais nessa concepção. A evolução histórica do empreendedorismo remonta à Revolução Industrial, passa pelos impérios coloniais e chega à era da informação, que democratizou o acesso a oportunidades em escala global (Barreto *et al.*, 2022; Silva; Patrus, 2017). Atualmente, observa-se o crescimento do empreendedorismo social e da responsabilidade corporativa como vetores de inclusão e sustentabilidade.

Uma distinção fundamental reside entre o empreendedorismo por oportunidade e motivado pela identificação de uma visão positiva e proativa e o empreendedorismo por necessidade que surge como resposta a contextos adversos, como desemprego ou vulnerabilidade socioeconômica (Oliveira, 2021; Mondo *et al.*, 2018). Ambas as formas desempenham papéis relevantes na dinâmica econômica, mas demandam políticas e apoios diferenciados.

O ambiente empreendedor contemporâneo é marcado por concorrência acirrada e volatilidade econômica, mas também por avanços tecnológicos e oportunidades de colaboração (Aveni, 2019). Nesse contexto, destacam-se as Salas do Empreendedor, que funcionam como espaços de apoio à formalização, capacitação e acesso a crédito para micro e pequenos empreendedores, com ênfase na inclusão produtiva de grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência (PcDs) (Sebrae, 2023).

Tais espaços exercem uma função social estratégica ao integrar políticas públicas, reduzir a informalidade e fomentar o desenvolvimento local. Sua atuação transcende o suporte técnico, promovendo cidadania, equidade e inclusão socioprofissional (Benedusi, 2018; Chiavenato, 2020). No caso específico de PcDs, o empreendedorismo surge como uma alternativa viável para superar barreiras de acesso ao mercado de trabalho, promover autonomia financeira e favorecer a inclusão social (Dolabela; Torquato, 2015).

2.2 Empreendedorismo Inclusivo para PcDs

O conceito de pessoa com deficiência (PcD) evoluiu significativamente ao longo da história, refletindo mudanças na percepção social e no marco legal. Da exclusão e estigmatização na Antiguidade e Idade Média, passando pelo assistencialismo cristão, até a concepção contemporânea baseada em direitos e na interação entre a pessoa e as barreiras ambientais (Santos, 2019).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) e a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015) adotam um modelo social da deficiência, enfatizando a importância de ambientes acessíveis e da plena participação social.

No Brasil, dados da PNAD Contínua (IBGE, 2022) indicam que 8,9% da população possui algum tipo de deficiência, com maior prevalência nas regiões Nordeste e Sul. Apesar de avanços legislativos, como a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91), persistem desafios como a baixa taxa de ocupação (29,2% contra 66,4% das pessoas sem deficiência) e a alta informalidade (55%).

O empreendedorismo inclusivo para pessoas com deficiência (PcDs) emerge como uma estratégia fundamental para promover a inclusão socioprofissional e a autonomia econômica desse segmento populacional. Conforme Alves (2025), o ambiente empreendedor pode funcionar como um catalisador para a inserção de PcDs no mercado de trabalho, superando barreiras históricas de acesso ao emprego formal. A literatura especializada destaca que o empreendedorismo não apenas oferece uma alternativa à dependência de políticas de cotas, mas também valoriza as potencialidades individuais, promovendo autoestima e independência financeira (Dolabela; Torquato, 2015).

Nesse contexto, o conceito de empreendedorismo inclusivo vai além da abertura de negócios por PcDs; envolve a criação de ecossistemas de apoio que considerem suas necessidades específicas. Isso inclui desde a adaptação de espaços físicos – como as Salas do Empreendedor – até o acesso a recursos financeiros, capacitação e mentoria especializada (Alves, 2025). *Barreto et al.* (2022) reforçam que o empreendedorismo assistido é essencial para equipar PcDs com ferramentas e conhecimentos necessários para gerir seus negócios com sucesso.

As barreiras enfrentadas por empreendedores com deficiência são multifacetadas, abrangendo aspectos físicos, atitudinais e sistêmicos. *Nickel et al.* (2020) apontam que a falta de acessibilidade em ambientes físicos e digitais, somada ao preconceito e à escassez de

políticas públicas direcionadas, limita significativamente o potencial empreendedor desse grupo. No entanto, a mesma literatura ressalta que PcDs desenvolvem habilidades únicas – como resiliência, criatividade e empatia – que se tornam vantagens competitivas no mundo dos negócios (Santos *et al.*, 2020).

A tecnologia desempenha um papel crucial nesse processo, pois ferramentas assistivas e plataformas digitais acessíveis podem reduzir barreiras e ampliar oportunidades. Oliveira e Baldessar (2017) destacam que inovações tecnológicas não apenas facilitam a gestão de negócios por PcDs, mas também abrem novos mercados e nichos de atuação, como o desenvolvimento de produtos e serviços inclusivos.

Políticas públicas são igualmente determinantes. A Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil oferecem um arcabouço legal para fomentar o empreendedorismo inclusivo. No entanto, Alves (2025) alerta que a efetividade dessas políticas depende da implementação de ações concretas, como linhas de crédito específicas, programas de capacitação e a promoção de ambientes físicos e digitais acessíveis.

Em síntese, o empreendedorismo inclusivo para PcDs representa uma via promissora para a equidade socioprofissional, exigindo esforços coordenados entre governo, setor privado e sociedade civil. Conforme conclui Alves (2025, p. 206), “investir na acessibilidade e no conforto dos ambientes empreendedores é uma estratégia essencial para garantir que as PcDs tenham oportunidades iguais de contribuir e prosperar”.

A tecnologia e a inovação exercem papel crucial na superação dessas barreiras, viabilizando desde ferramentas assistivas até modelos de negócio inclusivos (Oliveira; Baldessar, 2017; Okimoto; Oliveira, 2022).

Desta forma empreendedorismo se configura como um caminho potente para a inclusão produtiva de pessoas com deficiência (PcDs), transcendendo a mera geração de renda. As vantagens são transformadoras: confere autonomia para criar um ritmo e modelo de trabalho compatível com as necessidades individuais; potencializa a inovação, já que vivências únicas inspiram soluções e negócios originais; e fortalece a resiliência e a criatividade na superação de obstáculos. Por fim, tem um impacto social amplo, ao desafiar estereótipos e inspirar a comunidade. É precisamente nesse ponto que o tema da autonomia empreendedora converge com a urgência da acessibilidade. Ao ter o poder de decidir sobre seu próprio espaço de trabalho, o empreendedor com deficiência pode materializar o conceito de desenho universal, criando ou adaptando o ambiente físico e o layout de forma intencionalmente inclusiva. Assim,

o empreendimento torna-se não apenas um projeto econômico, mas um manifesto concreto de como ambientes acessíveis podem e devem ser construídos, beneficiando a todos

2.3 Acessibilidade, Ambiente Físico e Layout para Inclusão

A acessibilidade é um direito fundamental e condição necessária para a inclusão plena de PcDs. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, acessibilidade é a possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos por todas as pessoas.

A Norma Brasileira NBR 9050/2020 estabelece parâmetros técnicos para a construção e adaptação de ambientes, abrangendo desde dimensões de portas e corredores até sinalização tátil e visual. O design universal, conceito cunhado por Mace (1985), propõe que produtos e ambientes sejam concebidos para serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptações posteriores. Elementos essenciais para ambientes acessíveis incluem:

Rampas com inclinação adequada e corrimãos;

Portas e corredores com largura mínima de 80 cm e 1,20 m, respectivamente;

Sanitários adaptados com barras de apoio e espaço para manobra;

Sinalização em braile, alto contraste e sonora;

Mobiliário com altura ajustável e espaços livres para cadeiras de rodas.

A avaliação da acessibilidade pode ser realizada por meio de instrumentos como checklists específicos (Orenstein *et al.*, 2012) e aplicação da NBR 9050. Além da acessibilidade física, o conforto ambiental envolvendo ergonomia, iluminação, acústica e temperatura crucial para o bem-estar e a produtividade (Ivoni, 1998; Iida, 2005).

O empreendedorismo configura-se como uma via promissora para a inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência, especialmente quando associado a ambientes físicos e empreendedores acessíveis e inclusivos. A superação das barreiras existentes seja atitudinal, físicas ou sistêmicas exige ação coordenada entre poder público, setor privado e sociedade civil.

As Políticas públicas, programas de capacitação, incentivos fiscais e a conscientização social são elementos indispensáveis para transformar o potencial empreendedor das PcDs em realidade. Investir na acessibilidade e no conforto dos ambientes não é apenas uma questão de direitos, mas também uma estratégia inteligente para promover inovação, diversidade e desenvolvimento sustentável.

3 METODOLOGIA

A pesquisa pautou-se em uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e do tipo estudo de caso, conforme preconizam Yin (2001), Triviños (1987) e Gil (2017). O percurso metodológico foi organizado de forma sequenciais, detalhadas a seguir:

Quanto a análise e abordagem da pesquisa: quanto à natureza, a pesquisa é qualitativa, uma vez que busca compreender os fenômenos sociais em sua profundidade e complexidade, por meio de dados descritivos e interpretativos (Merriam, 2002; Walliman, 2015). A abordagem qualitativa permitiu capturar nuances contextuais e subjetivas inerentes ao objeto de estudo.

Quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, pois visa descrever características, relações e contextos específicos, sem manipulação de variáveis (Gil, 2017). Seu foco esteve na identificação e no registro de particularidades do ambiente empreendedor regional e das trajetórias de PcDs. Quanto aos procedimentos técnicos, configura-se como estudo de caso, o que possibilita uma investigação detalhada e contextualizada do fenômeno em seu ambiente natural (Yin, 2001; Triviños, 1987). Adicionalmente, recorreu-se a procedimentos complementares, como pesquisa bibliográfica e documental, para embasamento teórico e contextualização, e pesquisa de campo para coleta de dados primários.

Quanto ao local e período de realização: A pesquisa foi realizada na região do COREDE Alto Jacuí/RS, que abrange os seguintes 14 municípios (Boa vista do Incra, Boa vista do Cadeado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Colorado, Lagoa dos Três cantos, Não Me Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa barbara do Sul, Selbach e Tapera)

O trabalho de campo foi realizado entre janeiro de 2024 e fevereiro de 2025, com as entrevistas sendo conduzidas presencialmente nos respectivos municípios

A população do estudo foi composta por dois grupos distintos:

- a) Agentes municipais responsáveis pelas Salas do Empreendedor ou por setores equivalentes (secretarias de Planejamento, Administração, Indústria, Comércio ou Desenvolvimento Social) nos 14 municípios que integram o COREDE Alto Jacuí/RS. Sendo que 11 agentes municipais responsáveis pelas Salas do Empreendedor participaram da pesquisa
- b) Pessoas com Deficiência (PcDs) empreendedoras, cadastradas nos bancos de dados municipais ou indicadas pelos agentes locais. Sendo que houve a localização e participação de 2 PcDs empreendedores.

Quanto aos instrumentos e procedimentos de coleta: A coleta de dados ocorreu por meio de Entrevistas semiestruturadas com roteiro predefinido sendo que as entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas com o auxílio do software Express Scribe Transcription, e os dados foram tabulados utilizando o Microsoft Excel® (versão 2010).

A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo Temática, conforme proposto por Bardin (2011) e Franco (2008), seguindo três etapas:

Pré-análise: Leitura flutuante e organização do corpus de pesquisa, composto pelas transcrições das entrevistas.

Exploração do Material: Identificação de unidades de registro e contexto, categorização temática e codificação dos dados.

Interpretação e Inferência: Processamento dos resultados por meio de quadros demonstrativos, tabelas de recorrência e análise de categorias temáticas. Utilizou-se o software Microsoft Excel para tabulação e o Express Scribe para transcrição das gravações.

Os resultados obtidos foram submetidos a um processo de interpretação e inferência, com base na análise de conteúdo temática de Bardin (2011) e Franco (2008). Essa etapa consistiu no tratamento dos dados por meio da elaboração de quadros demonstrativos, tabelas de recorrência e análise categorial temática, permitindo a identificação de padrões, contradições e relações entre os discursos dos participantes, enquanto as transcrições das entrevistas foram realizadas com o suporte do software Express Scribe Transcription.

Além disso, foi desenvolvida e validada uma ferramenta de avaliação de acessibilidade e conforto para Salas do Empreendedor, destinada a promover ambientes inclusivos para pessoas com deficiência (PcDs). O processo de validação ocorreu em duas etapas:

1) Validação por Especialistas (Expert Validai-o):

A ferramenta foi submetida à apreciação de um comitê multidisciplinar composto por: Uma especialista em Educação com pós-doutorado na área, doutorado e mestrado em Educação, especialização em Transtorno do Espectro Autista (TEA), Deficiência Intelectual e Libras, além de graduação em Educação Especial e Pedagogia; Uma docente doutora em Administração, com experiência em ensino de empreendedorismo; Um empreendedor com deficiência (PcD) atuante na área da Saúde. Os especialistas avaliaram a pertinência, clareza e aplicabilidade da ferramenta por meio de análise quali-quantitativa, sugerindo ajustes nos critérios e na estrutura do instrumento. As contribuições foram consolidadas e incorporadas à versão final.

2) Aplicação Piloto e Validação Institucional:

A ferramenta foi aplicada em caráter piloto nas Salas do Empreendedor de sete municípios da região do COREDE Alto Jacuí/RS (Cruz Alta, Saldanha Marinho, Boa Vista do

Cadeado, Tapera, Lagoa dos Três Cantos, Boa Vista do Incra e Colorado), os quais retornaram o instrumento devidamente preenchido. Posteriormente, o instrumento foi encaminhado para avaliação institucional do SEBRAE/RS, por meio do canal “Fale Conosco” do site oficial da instituição. Após contato inicial, foi agendada uma reunião virtual com o responsável regional pelas Salas do Empreendedor, na qual a ferramenta foi apresentada e discutida em detalhes, resultando em aprimoramentos e validação preliminar para possível implementação futura. Essas etapas permitiram assegurar a validade de conteúdo, a aplicabilidade e a relevância da ferramenta proposta, contribuindo para o avanço de políticas públicas e práticas de acessibilidade no contexto do empreendedorismo inclusivo.

Posteriormente o instrumento foi aplicado em sete dos onze municípios do COREDE Alto Jacuí/RS que possuem Salas do Empreendedor e concordaram em participar desta fase. Os resultados foram unânimes e reveladores: todos os municípios avaliados enquadraram-se na faixa de 51 a 80 pontos, correspondente à categoria "Acessibilidade básica atendida, mas com lacunas". Este resultado valida empiricamente uma das principais hipóteses da pesquisa: de que os espaços existentes são insuficientes para garantir a plena inclusão. Nenhum dos respondentes sugeriu alterações no instrumento, e todos o consideraram útil e necessário.

A ferramenta foi também apresentada ao SEBRAE/RS, principal instituição de fomento ao empreendedorismo na região. Em reunião virtual, um representante gerencial da entidade validou a relevância e a boa estruturação do instrumento. Fez-se a ressalva de que a gestão das Salas é de responsabilidade dos municípios, mas o SEBRAE/RS se mostrou aberto a uma parceria futura. Uma sugestão prática avançada foi a de transformar a ferramenta em um aplicativo (App) para dispositivos móveis, o que agilizaria sua aplicação, a geração de relatórios e o monitoramento das melhorias ao longo do tempo.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Esta sessão apresenta e discute os resultados da pesquisa sobre o ambiente empreendedor e a inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência (PcDs) na região do COREDE Alto Jacuí/RS.

4.1 O Empreendedorismo como Ferramenta de Inclusão, Inovação e Resiliência

O empreendedorismo configura-se, na literatura especializada e nas políticas contemporâneas, como uma via potente para a inclusão social e econômica de grupos em

situação de vulnerabilidade, dentre os quais se incluem as PcDs. A pesquisa realizada corroborou esse potencial, mas também evidenciou o abismo existente entre a potencialidade teórica e a realidade concreta da região estudada.

Fundamentado na teoria Schumpeteriana da "destruição criativa" (Schumpeter, 1985), o empreendedorismo é entendido como um mecanismo de introdução de inovações que transformam desafios em oportunidades de mercado. No caso específico das PcDs, essa perspectiva se fortalece ao se considerar que a inovação pode ser empregada para criar soluções voltadas às suas necessidades específicas, como tecnologias assistivas, plataformas digitais acessíveis e modelos de negócios inclusivos. Autores como Christensen (1997) reforçam que a inovação disruptiva pode capacitar grupos historicamente marginalizados ao criar oportunidades anteriormente inacessíveis.

Contudo, os dados coletados na região do COREDE Alto Jacuí/RS, composta por 14 municípios, revelaram um ambiente empreendedor marcado pela carência de políticas públicas efetivas e de infraestrutura adequada para fomentar a inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência (PcDs). A ausência de financiamento acessível e adaptado foi apontada como um dos principais obstáculos ao empreendedorismo inclusivo na região. Conforme relatado pelos agentes municipais e pelos próprios empreendedores com deficiência, apenas uma parcela mínima dos programas de microcrédito disponíveis no país oferece linhas específicas para PcDs, e a maioria das iniciativas existentes não leva em consideração suas necessidades particulares, resultando em taxas de juros elevadas, prazos de pagamento reduzidos e exigências burocráticas que se mostram intransponíveis para muitos. Essa realidade confirma as observações de Yunus (2010, p. 45), para quem “o acesso ao crédito é um direito fundamental e um mecanismo crucial para capacitar empreendedores pertencentes a grupos vulneráveis”. A negação desse acesso, portanto, configura-se não apenas como uma barreira econômica, mas como um mecanismo de exclusão financeira e social que perpetua desigualdades e limita o potencial de autonomia e desenvolvimento regional.

Além da barreira financeira, a ausência de capacitação específica e acessível agrava o problema. Freire (1987) argumenta que a educação é uma ferramenta transformadora, essencial para que os indivíduos se tornem agentes de mudança em suas próprias vidas. A inexistência de treinamentos adaptados às diferentes deficiências limita o acesso de PcDs a conhecimentos cruciais sobre gestão, marketing e inovação, elementos fundamentais para a sobrevivência e o crescimento de qualquer negócio.

A capacidade de superar adversidades, adaptar-se a circunstâncias desfavoráveis e persistir diante do preconceito e da falta de apoio familiar e institucional surgiu como um

diferencial comum entre aqueles que conseguem empreender. Essa resiliência, muitas vezes forjada na experiência cotidiana de superar barreiras, pode se tornar um ativo competitivo, embora sua exigência constante represente uma sobrecarga injusta sobre o indivíduo, em detrimento da responsabilidade coletiva e estatal de criar ambientes facilitadores. Portanto, discute-se que o empreendedorismo pode, de fato, ser uma ferramenta poderosa de inclusão para PcDs, mas seu potencial só se realizará plenamente quando apoiado por um ecossistema robusto que inclua acesso a capital, capacitação adaptada, tecnologias assistivas e uma mudança cultural que enxergue a deficiência não como uma limitação, mas como uma perspectiva diversa capaz de gerar inovações e valor para o mercado e para a sociedade.

4.2 O Ambiente Empreendedor na Região: Estruturas, Avanços e Lacunas

O ambiente empreendedor na região do COREDE Alto Jacuí/RS apresenta-se como um campo de tensões entre iniciativas promissoras e desafios estruturais significativos, especialmente no que se refere à inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência (PcDs). A análise desenvolvida nesta pesquisa permitiu identificar dois eixos centrais que configuram esse cenário: a estruturação das Salas do Empreendedor e o arcabouço de políticas públicas e mecanismos de financiamento. Ambos os aspectos revelam avanços modestos, mas também expõem lacunas críticas que demandam intervenção urgente para a consolidação de um ecossistema empreendedor verdadeiramente inclusivo.

No que tange às Salas do Empreendedor, verifica-se que 11 dos 14 municípios da região contam com esse equipamento, o que representa um avanço institucional relevante. Tais espaços exercem função social estratégica ao centralizar serviços de formalização, orientação e capacitação para micro e pequenos empreendedores, conforme destacado por Benedusi (2018) e corroborado pelas diretrizes do SEBRAE (2024). No entanto, a pesquisa evidencia que a presença física dessas salas não se traduz, automaticamente, em acessibilidade e inclusão. A maioria desses ambientes carece de adaptações estruturais como rampas, banheiros acessíveis e sinalização adequada, o que inviabiliza ou dificulta sobremaneira o acesso e a permanência de empreendedores com mobilidade reduzida ou outras deficiências. Além disso, observa-se uma carência de recursos tecnológicos assistivos e de capacitação específica dos agentes públicos para o atendimento qualificado desse público, perpetuando barreiras atitudinais e operacionais.

No contexto composto pelas políticas públicas e instrumentos de financiamento revela uma lacuna ainda mais profunda. A despeito do disposto na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº

13.146/2015) e nas convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, não foram identificados programas ou editais de fomento especificamente direcionados ao empreendedorismo realizado por PcDs na região. A ausência de linhas de crédito adaptadas, subsídios ou incentivos fiscais configura um obstáculo quase intransponível para muitos potenciais empreendedores com deficiência, que já partem de uma condição socioeconômica frequentemente mais vulnerável. Conforme apontado por *Nickel et al.* (2020), o acesso ao capital é um dos principais fatores limitantes para o surgimento e a sustentabilidade de novos negócios, e essa barreira é amplificada para grupos em situação de desvantagem histórica. Ademais, a pesquisa identificou que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), embora essencial para a garantia de uma renda básica, atua, paradoxalmente, como um fator desestimulante ao empreendedorismo, uma vez que a perda do benefício diante de qualquer geração de renda formal constitui um risco financeiro que muitos não podem correr.

O ambiente empreendedor do COREDE Alto Jacuí/RS encontra-se em um estágio incipiente de desenvolvimento no que concerne à inclusão de PcDs. As estruturas existentes, embora representem um primeiro passo, são insuficientes e inadequadas para garantir equidade de oportunidades. A superação desse quadro exige um esforço coordenado e intersetorial, que envolva a adequação física e digital das Salas do Empreendedor, a capacitação continuada de seus agentes, e, sobretudo, a formulação e implementação de políticas públicas robustas e específicas que incluam mecanismos de financiamento acessíveis e segurança social para que PcDs possam empreender sem abrir mão de sua proteção socioeconômica básica.

4.3 As Salas do Empreendedor: Potencial Incompleto

As Salas do Empreendedor surgem na região como os principais espaços físicos dedicados ao suporte de micro e pequenos negócios. Teoricamente, elas se configuram como ambientes potencializadores da inclusão, oferecendo suporte técnico, emocional e estrutural integrado. Oliveira e Santos (2022) enfatizam que espaços multifuncionais como esses são cruciais para grupos que enfrentam barreiras estruturais, pois democratizam o acesso a conhecimentos e recursos tradicionalmente concentrados.

Contudo, a pesquisa constatou que, na prática, essas salas não estão adequadamente adaptadas para atender às necessidades de PcDs. A avaliação in loco e os relatos dos gestores evidenciaram a falta elementar de itens de acessibilidade: rampas de acesso com inclinação adequada, banheiros adaptados, sinalização tátil para pessoas com deficiência visual, corredores e portas com largura suficiente para a circulação de cadeiras de rodas, e recursos de tecnologia

assistiva (como softwares de leitura de tela ou ampliação). A iluminação e a acústica dos ambientes também não são pensadas para garantir conforto a pessoas com baixa visão ou deficiência auditiva.

Essa inadequação física e sensorial cria uma barreira intransponível para muitos potenciais empreendedores PcDs, excluindo-os a priori desses espaços de fomento. Conforme argumenta Shakespeare (2006), a deficiência é muitas vezes uma consequência das barreiras impostas pelo ambiente, e não uma limitação intrínseca ao indivíduo. Ao falhar em ser acessível, a Sala do Empreendedor, que deveria ser um local de acolhimento e potencialização, torna-se mais um símbolo de exclusão, reforçando a percepção de que o mundo do negócio não é um lugar para PcDs.

4.4 As Políticas Públicas, Financiamento e a "Armadilha da Assistência"

A ausência de políticas públicas específicas e efetivas para PcDs empreendedores foi um dos achados mais graves da pesquisa. Verificou-se que não há programas contínuos e de largo alcance voltados especificamente para capacitar, financiar e mentorar empreendedores com deficiência na região. As iniciativas existentes são pontuais, descontínuas e frequentemente dependem da vontade individual de gestores, não estando institucionalizadas como política de Estado.

No campo do financiamento, o cenário é particularmente crítico. Conforme dados levantados, ecoando Costa *et al.* (2023), apenas cerca de 5% das linhas de microcrédito no Brasil possuem especificidades para PcDs. Os critérios de análise de risco, as exigências de garantias e a própria burocracia dos processos são incompatíveis com a realidade socioeconômica de muitas PcDs, que frequentemente estão fora do sistema financeiro formal. O acesso ao capital, fator essencial para o startup e a scaling de qualquer negócio, é, portanto, severamente limitado.

Um aspecto profundamente discutido a partir dos resultados foi a relação complexa e paradoxal entre o empreendedorismo e os benefícios governamentais de assistência, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A pesquisa identificou que a estrutura condicionante do BPC – que exige comprovação de baixa renda – cria uma espécie de "armadilha da assistência". Muitas PcDs temem empreender e obter uma renda, mesmo que modesta, com medo de ultrapassar o limite de renda per capita e perder o benefício, que muitas vezes é a sua principal ou única fonte de sustento. Esse mecanismo, em vez de capacitar, acaba por manter os indivíduos em uma posição de dependência e impede a transição para a autonomia

econômica por meio do empreendedorismo. Superar este dilema exigiria a revisão das políticas de assistência social, criando, por exemplo, uma transição gradual que permita às PcDs experimentar o empreendedorismo sem perder imediatamente o amparo essencial.

4.5 A Proposta e Validação de uma Ferramenta de Avaliação de Acessibilidade

Como produto tangível e aplicável desta pesquisa, foi desenvolvido e validado um Instrumento de Avaliação de Acessibilidade e Conforto especificamente desenhado para Salas do Empreendedor. A ferramenta nasceu da constatação clara e reiterada de que a inadequação dos espaços físicos é uma barreira intransponível para a inclusão de PcDs no ecossistema empreendedor regional.

4.6 A Estrutura e Fundamentação da Ferramenta

A ferramenta foi elaborada com base em referenciais teóricos e normativos robustos, incluindo o Design Universal (Mace, 1985), que preconiza a criação de espaços e produtos utilizáveis por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação; a Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR 9050:2020); e princípios de ergonomia e conforto ambiental (Grandjean, 1980). Ela está organizada em nove categorias interdependentes, que avaliam desde o acesso externo até aspectos de gestão e melhoria contínua:

1. **Acessibilidade Externa:** Estacionamento, calçadas, rampas e sinalização de aproximação.
2. **Entrada e Recepção:** Portas, balcões de atendimento, altura de mobiliário e circulação.
3. **Espaços de Atendimento Personalizados:** Privacidade, conforto acústico e adaptabilidade dos postos de trabalho.
4. **Recursos de Comunicação Inclusiva:** Disponibilidade de intérpretes de Libras, materiais em Braille, displays de informação visual e sonora.
5. **Salas de Capacitação e Treinamento:** Layout, mobiliário ajustável, equipamentos audiovisuais acessíveis e acústica.
6. **Recursos de Autoatendimento e Tecnologia:** Terminais e aplicativos compatíveis com leitores de tela, teclados adaptados, etc.
7. **Sanitários Acessíveis:** Conformidade com a NBR 9050, espaço de manobra, barras de apoio e dispositivos de alerta.

8. **Elementos de Segurança e Sinalização de Emergência:** Sinalização tátil, visual e sonora; planos de evacuação inclusivos.

9. **Feedback e Melhoria Contínua:** Existência de canais acessíveis para ouvidoria e processos de revisão periódica da acessibilidade.

Figura 1 – Fluxograma de categorias do Instrumento de Avaliação/Ferramenta



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Com base na análise das lacunas identificadas nas Salas do Empreendedor da região do COREDE Alto Jacuí/RS, as categorias da ferramenta de avaliação foram definidas para abordar especificamente as barreiras que impedem a plena participação das PcDs no ambiente empreendedor. A seguir, explica-se a relevância de cada categoria para a inclusão e sua relação direta com as deficiências encontradas:

Acessibilidade Arquitetônica e Sinalização: Garante a autonomia e mobilidade segura de PcDs físicas ou visuais no espaço. Sua inclusão deriva da frequente falta de rampas, banheiros adaptados e sinalização tátil ou visual nas salas visitadas.

Acessibilidade Comunicacional e Informacional: Assegura que todas as PcDs, incluindo as com deficiência auditiva ou visual, tenham pleno acesso aos serviços e orientações. Esta categoria responde à carência de materiais em formatos acessíveis, como braile, libras ou legendas, identificada na pesquisa.

Capacitação e Atitude da Equipe: Determina a eficácia do atendimento, dependente do conhecimento técnico e da postura inclusiva dos agentes. Foi incluída devido ao relato de

despreparo e desconhecimento das necessidades específicas das PcDs por parte de alguns Servidores.

Disponibilidade de Tecnologias Assistivas: Amplia as capacidades funcionais de PcDs, permitindo o uso de computadores e a realização de tarefas. Sua necessidade surgiu da quase inexistência de softwares leitores de tela, ampliadores ou hardware adaptado nas salas avaliadas.

Políticas e Procedimentos Institucionais Inclusivos: Cria um compromisso formal e orienta a oferta de adaptações e serviços especializados de forma sistemática. Esta categoria visa superar a constatação de que a maioria dos municípios não possuía protocolos ou fluxos de atendimento específicos para PcDs.

Conforto Ambiental e Ergonomia: Impacta diretamente no bem-estar, concentração e produtividade, especialmente para PcDs com mobilidade reduzida ou sensoriais. Sua relevância foi evidenciada pela presença de mobiliário inadequado e ambientes com acústica ou iluminação prejudiciais.

Participação e Feedback das PcDs: Assegura que as adaptações sejam eficazes e condizentes com as reais necessidades dos usuários. A categoria foi criada para combater a exclusão das PcDs no processo de diagnóstico e melhorias, uma lacuna observada na gestão dos espaços.

Cada critério é avaliado em uma escala de 1 a 5, permitindo uma quantificação objetiva que classifica o espaço em categorias que vão desde "Não acessível" até "Referência em acessibilidade".

A validação da ferramenta de avaliação de acessibilidade proposta foi realizada por meio de um processo estruturado em duas etapas principais: a validação por especialistas e a aplicação piloto. A primeira etapa envolveu a seleção e consulta a especialistas em empreendedorismo, acessibilidade, ergonomia e políticas de inclusão, além de um empreendedor com deficiência (PcD). Entre novembro de 2024 e fevereiro de 2025, os especialistas analisaram a pertinência dos critérios, a clareza das instruções e a aplicabilidade geral do instrumento, fornecendo feedbacks qualitativos e quantitativos que permitiram ajustes e refinamentos na ferramenta.

Na segunda etapa, a ferramenta foi submetida a uma aplicação piloto nas Salas do Empreendedor dos municípios que compõem a região do COREDE Alto Jacuí/RS. O instrumento foi enviado, juntamente com orientações de preenchimento, via e-mail, em dezembro de 2024, aos 11 municípios que possuíam Sala do Empreendedor. Desses, sete municípios retornaram o instrumento devidamente preenchido, relatando a situação atual de

acessibilidade e conforto em seus espaços físicos, o que permitiu testar a praticidade e a clareza da ferramenta em um contexto real.

A combinação dessas duas etapas — validação por expertise e aplicação piloto — assegurou que a ferramenta proposta fosse teoricamente fundamentada, metodologicamente consistente e aplicável na prática. Após a consolidação dos resultados e dos ajustes sugeridos, o instrumento foi submetido a uma avaliação institucional pelo SEBRAE/RS, visando sua potencial implementação em âmbito mais amplo, reforçando o caráter aplicado e a relevância social da pesquisa para a promoção de ambientes empreendedores inclusivos na região.

Dessa forma, o instrumento não apenas traduz as exigências normativas e os princípios do Design Universal, mas também responde diretamente às lacunas identificadas no ambiente empreendedor regional. Ao operacionalizar a avaliação em nove dimensões interdependentes, a ferramenta fornece diagnóstico preciso e orienta ações concretas para aprimorar a acessibilidade e, conseqüentemente, promover a inclusão socioprofissional de Pessoas com Deficiência nas Salas do Empreendedor.

4.7 As Limitações e Desafios Persistentes no Ecossistema

A pesquisa permitiu mapear com clareza um conjunto de desafios profundos e persistentes que continuam a impedir a plena inclusão das PcDs no ecossistema empreendedor regional. Estes desafios operam em diferentes níveis – atitudinal, institucional e infraestrutural e frequentemente se reforçam mutuamente.

A análise dos dados coletados revela uma relação direta e preocupante entre os desafios teóricos discutidos na literatura e a realidade prática enfrentada por empreendedores com deficiência (PcDs) e agentes públicos na região do COREDE Alto Jacuí/RS. Os dados das entrevistas mostram que barreiras atitudinais e de infraestrutura, amplamente citadas na fundamentação teórica, materializam-se no cotidiano: a falta de rampas, a ausência de material informativo acessível e o despreparo de alguns servidores foram constatações empíricas frequentes. Conforme os agentes relataram, a principal demanda das PcDs ainda se concentra na orientação burocrática básica, evidenciando um acesso limitado a mentorias especializadas ou capacitação em gestão, o que restringe o empreendedorismo de oportunidade.

Preconceito e Estigma Social: Goffman (1975) define o estigma como um atributo que desacredita socialmente um indivíduo. O preconceito contra PcDs, enraizado na cultura, manifesta-se como desconfiança na sua capacidade de liderar, inovar e gerir um negócio com sucesso. Este estigma afeta a relação com clientes, fornecedores, instituições financeiras (que

negam crédito por avaliações preconceituosas de risco) e até mesmo com a própria família, que muitas vezes, por superproteção ou ceticismo, desencoraja a iniciativa empreendedora. A invisibilidade de modelos de sucesso – empreendedores PcDs bem-sucedidos – contribui para a perpetuação deste estereótipo.

Burocracia Excessiva e Despreparo Institucional: Os processos para abertura de empresas, obtenção de alvarás e acesso a programas de apoio são notoriamente complexos no Brasil. Para PcDs, essa burocracia torna-se uma barreira ainda mais intransponível, pois raramente leva em consideração suas necessidades específicas (ex.: necessidade de atendimento prioritário, documentação em formatos acessíveis). Weber (1989) alertava para o "invólucro de ferro" da burocracia, que pode engessar processos e desumanizar o cidadão. O despreparo dos agentes públicos e privados para lidar com a diversidade amplifica este problema.

Exclusão Digital e Falta de Acesso a Tecnologias Assistivas: A revolução digital, apesar de seu potencial inclusivo, também criou novas barreiras. Muitas PcDs, especialmente em áreas rurais ou de baixa renda, enfrentam a exclusão digital – falta de acesso à internet de qualidade e a dispositivos adequados. Além disso, o alto custo das tecnologias assistivas específicas (softwares de voz, hardware adaptado, etc.) é um impedimento colossal para que muitas PcDs possam atuar no empreendedorismo digital em igualdade de condições.

Dentre os desafios, destaca-se a “armadilha da assistência social”, que emergiu como um fator crítico de desestímulo. Observou-se empiricamente que muitos potenciais empreendedores PcDs, beneficiários do BPC, relutam em se formalizar por medo de perder esse benefício vital, perpetuando a informalidade e limitando seu acesso a crédito e mercados mais amplos. Na região estudada, com indicadores socioeconômicos sensíveis, essa tensão entre a segurança da assistência governamental e o risco inerente ao empreendedorismo se torna um dilema pessoal e familiar profundo, explicando em parte a baixa taxa de empreendedorismo formal identificada entre PcDs.

A discussão converge para o entendimento de que superar esses desafios não é uma tarefa que cabe apenas ao indivíduo empreendedor PcD, por mais resilientes que seja. É necessária uma ação coordenada e multissetorial que envolva poder público (com políticas sérias e fiscalização), setor privado (com investimento, parcerias e consumo consciente), instituições de ensino (com capacitação e pesquisa) e a sociedade civil (combatendo o preconceito e fomentando redes de apoio). A ausência de qualquer um desses atores compromete o sucesso de todo o ecossistema.

Os resultados e discussões apresentados neste capítulo pintam um quadro complexo e multifacetado do ambiente empreendedor para Pessoas com Deficiência na região do COREDE

Alto Jacuí/RS. Ficou evidente que a inclusão socioprofissional desses indivíduos por meio do empreendedorismo é um desafio de proporções significativas, mas não intransponível.

A pesquisa demonstrou que o baixo número de empreendedores PcDs não é um reflexo de falta de capacidade ou vontade, mas sim o resultado direto de barreiras estruturais profundas: um ambiente físico inacessível, a quase inexistência de políticas públicas e financiamento específicos, uma cultura que ainda carrega estigmas e preconceitos, e a armadilha criada pelos mecanismos de assistência social.

Contudo, a investigação também iluminou caminhos possíveis. A ferramenta de avaliação de acessibilidade desenvolvida e validada oferece um instrumento prático e concreto para que gestores públicos iniciem a transformação dos espaços físicos, tornando as Salas do Empreendedor – e, por extensão, outros equipamentos públicos – verdadeiramente inclusivos. O mapeamento de nichos de mercado promissores, como o turismo inclusivo, o e-commerce e a economia solidária, aponta para oportunidades econômicas reais que podem ser exploradas com o suporte adequado.

A discussão reforça que a superação desses desafios e a captura dessas oportunidades demandam uma governança colaborativa. É imperativo que haja uma articulação efetiva entre:

- a) Gestores Públicos Municipais e Estaduais: Para implementar políticas de fomento, adaptar a infraestrutura e simplificar a burocracia.
- b) Instituições de Ensino como a UNICRUZ: Para oferecer capacitação adaptada, desenvolver pesquisas aplicadas e promover extensão universitária por meio de incubadoras sociais.
- c) Entidades de Fomento como o SEBRAE: Para desenvolver programas específicos, oferecer mentorias especializadas e facilitar o acesso ao crédito.
- d) Setor Privado: Para investir, formar parcerias e praticar o consumo consciente de produtos e serviços oferecidos por empreendedores PcDs.
- e) A Sociedade Civil: Para combater o preconceito, fomentar redes de apoio e valorizar a diversidade como um ativo social e econômico.

A superação deste cenário exige a ação coordenada de cinco atores fundamentais: (1) o Poder Público Municipal, formulador de políticas locais; (2) o SEBRAE e outras instituições de fomento, provedores de capacitação técnica e metodologias; (3) o Sistema Educacional (básico ao superior), responsável pela educação empreendedora inclusiva; (4) a Sociedade Civil Organizada (associações, ONGs), articuladora de redes de apoio; e (5) os próprios Empreendedores PcDs, protagonistas e fonte primária de demandas. Nas entrevistas, o ator mais criticado foi o Poder Público Municipal, cuja atuação foi

frequentemente descrita como reativa, fragmentada e carente de políticas específicas para o empreendedorismo inclusivo, revelando o maior déficit de governança na região.

Apesar dos desafios estruturais e dessa conjunção complexa de barreiras, algumas brechas no ecossistema permitem o surgimento de oportunidades concretas, como o aproveitamento do artesanato local aliado ao turismo inclusivo, o comércio digital (e-commerce) que transcende barreiras físicas, e os arranjos de economia solidária que fortalecem redes de apoio. Contudo, é crucial reconhecer que o potencial destas oportunidades é condicionado por limites estruturais da região, tais como a baixa densidade populacional, as restrições orçamentárias municipais, a histórica dependência de ações pontuais do SEBRAE e a própria escala reduzida do mercado consumidor local, fatores que exigem modelos de negócio adaptados e parcerias regionais inteligentes para florescerem.

Por fim, os resultados desta pesquisa transcendem a região estudada. A metodologia empregada, as barreiras identificadas e, principalmente, a ferramenta de avaliação proposta podem servir como modelo e inspiração para outras regiões do país que também almejam construir ecossistemas empreendedores mais justos, diversificados e inclusivos. A inclusão das PcDs no empreendedorismo não é uma questão marginal ou assistencialista; é uma estratégia inteligente para o desenvolvimento econômico regional e um imperativo ético para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o papel do ambiente empreendedor como ferramenta para a inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência (PcDs) na região do COREDE Alto Jacuí/RS. A pesquisa partiu da premissa de que o empreendedorismo pode constituir uma via alternativa e qualificada de inserção no mercado de trabalho, promovendo autonomia, inovação e desenvolvimento regional.

Os resultados obtidos demonstraram que, embora existam estruturas de apoio ao empreendedorismo como as Salas do Empreendedor, ainda persistem lacunas significativas no que tange à acessibilidade física, sensorial e atitudinal, à oferta de capacitação inclusiva e ao acesso a financiamento e redes de apoio específicas para PcDs. Constatou-se, ainda, a inexistência de políticas públicas direcionadas e a carência de iniciativas que valorizem as potencialidades empreendedoras desse grupo.

A pesquisa evidenciou que a superação dessas barreiras depende da implementação de um ecossistema empreendedor inclusivo, que contemple:

- A adaptação de espaços físicos e digitais;
- A oferta de programas de capacitação técnica e gerencial acessíveis;
- A criação de linhas de crédito inclusivas;
- A promoção de redes colaborativas e mentorias;
- E a conscientização social contra o capacitismo.

Além disso, identificou-se que o empreendedorismo entre PcDs pode gerar impactos positivos que transcendem a esfera individual, contribuindo para a diversificação econômica, a redução de dependência de programas assistenciais e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O artigo propõe um instrumento de avaliação de acessibilidade e inclusão para ambientes empreendedores, fundamentado na legislação nacional e internacional e em teorias como o Modelo Social da Deficiência e o Design Universal. Esse instrumento configura-se como uma contribuição prática para a adequação dos espaços de apoio aos empreendedores, garantindo que estes sejam verdadeiramente inclusivos.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a baixa participação de PcDs e agentes das Salas do Empreendedor, o que reflete as próprias barreiras de inclusão existentes na região. Essa carência de dados primários limitou a generalização dos resultados, mas não invalidou a relevância das análises e proposições apresentadas.

Recomenda-se, para pesquisas futuras, a ampliação do escopo geográfico e amostral, incluindo regiões com maior densidade populacional e diversidade econômica, bem como a realização de censos regionais para mapeamento preciso da população com deficiência. Adicionalmente, sugere-se a aplicação e validação do instrumento de acessibilidade proposto, a fim de aprimorar sua eficácia e aplicabilidade.

Conclui-se que o empreendedorismo inclusivo representa uma via promissora para a inclusão socioprofissional de PcDs, mas depende de um ambiente favorável, articulado entre poder público, setor privado e sociedade civil. A presente pesquisa espera ter contribuído para o avanço desse debate, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a construção de políticas e ambientes verdadeiramente inclusivos.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. J. S. **Empreendedorismo inclusivo e pessoas com deficiência: estratégias para um ambiente acessível**. São Paulo: Atlas, 2025.

AMANCIO, J. S.; MENDES, F. R. P. **Empreendedorismo e pessoas com deficiência: revisão integrativa da literatura**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 12, n. 1, p. 1-20, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASHLEY, W.; GRAF, N. M. **Disability and entrepreneurship: patterns across the life course**. Journal of Disability Policy Studies, v. 29, n. 2, p. 78-89, 2018.

AUDRETSCH, D. B. **The entrepreneurial society**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

AVENI, R. **A dinâmica dos ecossistemas empreendedores**. Porto Alegre: Bookman, 2019.

BANDURA, A. Self-efficacy. In: RAMACHAUDRAN, V. S. (Ed.). **Encyclopedia of human behavior**. New York: Academic Press, 1994. v. 4, p. 71-81.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, A. A. *et al.* **A evolução do pensamento empreendedor: uma análise histórica**. Revista de Administração e Inovação, v. 19, n. 2, p. 150-167, 2022.

BARRETO, R. A. **O fenômeno empreendedor**. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1998.

BENEDUSI, M. L. **A função social das salas do empreendedor no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2018.

BENEDUSI, M. L. **Salas do Empreendedor: função social e impacto no desenvolvimento local**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2018.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

CARVALHO-FREITAS, M. N. **A inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: inclusão ou confinamento?** Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. **Inserção e gestão do trabalho de pessoas com deficiência: um survey em empresas brasileiras**. Revista de Administração Contemporânea, v. 11, n. spe, p. 85-108, 2007.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Manole, 2020.

CHRISTENSEN, C. M. **O inovador dilema**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, L. F. *et al.* **Microcrédito e inclusão financeira de pessoas com deficiência: uma análise das políticas brasileiras**. Revista de Políticas Públicas, v. 27, n. 1, p. 45-62, 2023.

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

DOLABELA, F.; TORQUATO, J. G. **Empreendedorismo para pessoas com deficiência: guia prático**. São Paulo: Editora Gente, 2015.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Thomson Pioneira, 1993.

DURVAL, M. A. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. São Paulo: LTr, 2006.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2017.

GIVONI, B. **Climate considerations in building and urban design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1998.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GOULART, I. B.; COIMBRA, S. **Trabalho e deficiência: um estudo sobre os significados do trabalho**. Psicologia e Sociedade, v. 20, n. 1, p. 89-98, 2008.

GRANDJEAN, E. **Fitting the task to the man: an ergonomic approach**. London: Taylor e Francis, 1980.

GRANOVETTER, M. S. **The strength of weak ties**. American Journal of Sociology, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

IIDA, I. **Ergonomia: projeto e produção**. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173->

pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html. Acesso em: 15 maio 2024.

MACE, R. L. **Universal design: barrier free environments for everyone**. Los Angeles: Designers West, 1985.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis**. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.

MIRANDA, G. J. **Contabilidade gerencial e sua relação com o ambiente**. Revista Universo Contábil, v. 7, n. 3, p. 124-142, 2011.

MONDO, T. S. *et al.* **Empreendedorismo por necessidade versus por oportunidade: uma análise dos determinantes**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 7, n. 3, p. 1-25, 2018.

NICKEL, R. *et al.* **Barreiras ao empreendedorismo para pessoas com deficiência: uma revisão sistemática**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 10, n. 2, p. 45-67, 2020.

OKIMOTO, M. L. L. R.; OLIVEIRA, M. L. **Tecnologia assistiva e empreendedorismo: uma revisão sistemática**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, p. 567-584, 2022.

OLIVEIRA, E. M.; BALDESSAR, M. J. **Tecnologias da informação e comunicação como ferramenta de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Revista Gestão e Tecnologia, v. 17, n. 3, p. 34-55, 2017.

OLIVEIRA, M. L. **Empreendedorismo por oportunidade e por necessidade: motivações e resultados**. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, P. C.; SANTOS, R. A. **Espaços colaborativos e inclusão produtiva: o papel das Salas do Empreendedor**. Revista de Administração Pública, v. 56, n. 1, p. 210-230, 2022.

ORENSTEIN, M. *et al.* **Checklists for accessibility**. In: **INTERNATIONAL CONFERENCE ON UNIVERSAL DESIGN**, 3. 2012, Oslo. Anais[...] Oslo: ICF, 2012. p. 120-135.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

OSTROW, L.; NEMEC, P. B.; SMITH, C. **The use of self-employment for people with disabilities: a review of the literature**. Journal of Vocational Rehabilitation, v. 48, n. 3, p. 295-312, 2018.

RENKO, M.; HARRIS, S. P.; CALDWELL, K. **Entrepreneurial motivation and disability: an exploratory study of the TACE Center**. Journal of Rehabilitation, v. 82, n. 4, p. 3-12, 2016.

- RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes?** São Paulo: Brasiliense, 1997.
- SANTOS, W. **História da deficiência: da exclusão à inclusão.** Curitiba: Juruá, 2019.
- SANTOS, W. *et al.* **Habilidades empreendedoras em pessoas com deficiência: um estudo exploratório.** Revista de Administração Contemporânea, v. 24, n. 5, p. 432-450, 2020.
- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SEBRAE. **Salas do Empreendedor: guia de implantação.** Brasília: SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em: 15 maio 2024.
- SEBRAE. **Relatório de Atividades das Salas do Empreendedor 2024.** Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2024. Disponível em: <https://www.sebraers.com.br>. Acesso em: 15 maio 2024.
- SELIGMAN, M. E. P. **Authentic happiness: using the new positive psychology to realize your potential for lasting fulfillment.** New York: Free Press, 2002.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SHAKESPEARE, T. **Disability rights and wrongs.** London: Routledge, 2006.
- SILVA, A. B.; PATRUS, R. **A evolução histórica do empreendedorismo no Brasil.** Revista de Administração FACES Journal, v. 16, n. 2, p. 88-104, 2017.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1999.
- TALARICO, T. S. *et al.* **Barreiras e facilitadores ao empreendedorismo para pessoas com deficiência física.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 27, n. 4, p. 743-759, 2019.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.
- WALLIMAN, N. **Research methods: the basics.** London: Routledge, 2015.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1989.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global report on health equity for persons with disabilities.** Geneva: WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240063600>. Acesso em: 15 maio 2024.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- YUNUS, M. **Empresas sociais: um novo modelo de capitalismo em ascensão.** São Paulo: Schwarcz, 2010.